



Morgadio da Lobagueira.

Rui de Figueiredo e Maria Correia, Encarnação, 1517.

O morgadio da Lobagueira (sito no que é hoje a Encarnação, concelho de Mafra), foi instituído por testamento na Quinta de Ota, no dia 23 de Abril de 1517, por Rui de Figueiredo, escrivão da Fazenda de D. João II e de D. Manuel, e pela sua mulher Maria Correia (filha de Brás Afonso Correia). Os ascendentes mais próximos dos instituidores vinham do alto oficialato régio: Rui de Figueiredo era filho de Henrique de Figueiredo, escrivão da Fazenda de D. João II, e que, segundo Garcia de Resende, era «homem que el-rey muyto estimava» (RESENDE, 1994: 431; SOUSA, 2007: 38). Maria Correia era filha de Brás Afonso Correia, um funcionário-cortesão de D. Manuel, antes e após este ter ascendido ao trono (ROSA, 2012: 406 e segs.; COSTA, 2005: 62).

Para esta instituição tomou o casal as suas terças e os seus bens livres (móveis e de raiz) “por onde quer que se acharem”, uns casais na Lobagueira e Ribeira de Palhais e toda a herança que aí possuíam, bem como uma quinta em Alcântara. Destinaram os instituidores este morgadio ao segundo filho de ambos, Henrique de Figueiredo, o qual tinha por obrigação, mandar dizer uma missa todos os domingos do ano na capela de Nossa Senhora no convento de São Bento de Xabregas onde haviam de ser enterrados. Além destas lhe mandaria dizer “uma [missa] cantada no dia da Conceição no dito Convento, na Capella em que jaziam”. Os padres franciscanos receberiam pelas missas 3.000 réis cada ano e três hábitos de pano, para o Convento que tivesse mais necessidade. Os herdeiros “a quem este morgado viesse” deveriam utilizar a sua terça para o acrescentar “até quinhentos mil réis” e isto mandavam os instituidores “sob pena de nossa bênção”. Tinham também o dever de cumprir com a sua “consciência honestamente” e devia o morgadio ser sempre acrescentado e nenhuma parte dele “trocada, vendida, empenhada ou escambada” (ACBL, Testamentos, cx.12, n.º1).

Henrique morreu em 1520 e, tal como estipulava a instituição, o morgadio recaiu no irmão e filho primogénito de Rui e de Maria, Jorge de Figueiredo Correia, escrivão da Fazenda de D. João III e capitão donatário de Ilhéus da Baía (Brasil). Além deste morgadio, Jorge herdaria de seu pai a Quinta de Ota – prazo comprado em 1499, foreiro em 6\$000 réis ao Convento de Odivelas – e de seu avô materno, Brás Afonso Correia, o Morgadio do Castelo – composto por casas e terras sitas maioritariamente em Lisboa – reunindo um importante património. No ano de 1522 Jorge de Figueiredo Correia, aplicando a herança do avô, acrescentou a quinta de Ota com a compra de mais terras. Em 1549 obteve contra os seus irmãos uma sentença que retirava definitivamente das partilhas quer esta quinta quer o morgadio da Lobagueira, os quais, em futuras heranças, passaram a ser tomados em conjunto. (SOUSA, 2017: 149 e segs.; ACBL, Sentenças, cx.25, n.º 3).

Durante a primeira vintena do século XVII, Jorge de Figueiredo (neto de Jorge de Figueiredo Correia) construiu nas suas terras da Lobagueira uma igreja dedicada a Nossa

Senhora da Encarnação. O morgado utilizou também a posição de “fidalgo mui Ilustre de principal nobreza e fidalguia deste Reino aparentado com todos os grandes delle” para reforçar o seu domínio sobre o lugar, obtendo o privilégio do padroado da mesma igreja (SOUZA, 2007: 189). O seu filho Rui de Figueiredo de Alarcão – um dos fidalgos que participou ativamente na conjura que expulsou Filipe IV de Castela e colocou no trono português D. João IV em 1640 – construiu nesta igreja um sepulcro para si e para os seus e aqui seriam doravante enterrados os seus descendentes com os respectivos momentos solenes.

Durante todo o século XVIII os Figueiredos contribuíram para a manutenção, obras e embelezamento da igreja da Encarnação da Lobagueira. O maior impulso registou-se após 1713 com a permissão concedida por D. João V a Pedro de Figueiredo de Alarcão (filho de Rui) para realização de duas feiras francas (ANTT, Chancelaria de D. João V, lv.7, fl. 295). Após o terramoto de 1755 a Igreja da Encarnação passou a ser sede da paróquia e a sua importância revela-se na alteração do nome do lugar, que passou a chamar-se simplesmente Encarnação (consagrado no Código Civil em 1835). A filha de Pedro de Figueiredo de Alarcão, Madalena Luísa de Lencastre (casada com Vasco da Câmara), herdou todos os bens da Casa do irmão, que morreu sem descendência. Na segunda metade do século XVIII herdou também a chamada Casa de Belmonte que acabou por incorporar todos os bens dos Figueiredos (entre eles o morgadio da Lobagueira) e que, pela sua importância e antiguidade, abriu as portas ao título condal.

A instituição do morgadio da Lobagueira foi um “momento fundador” que perdurou ao longo dos séculos. Mesmo após a abolição dos Morgadios (1863) e a divisão dos bens entre os herdeiros, a igreja da Encarnação permaneceu na posse da família que a doou, já no século XX, ao Patriarcado de Lisboa, com obrigação de serem rezadas pela família duas missas anuais: uma pelos vivos e outra pelos defuntos.

Maria João da Câmara

Coordenação: Maria de Lurdes Rosa e Rita Sampaio da Nóvoa

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivo da Casa de Belmonte (ACBL)

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Chancelaria de D. João V, lv.7, fl. 295.

COSTA, João Paulo Oliveira e - D. Manuel I, Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

RESENDE, Garcia - Livro das Obras de Garcia de Resende – Vida e Feitos d’El Rey Dom João Segundo, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

ROSA, Maria de Lurdes – As Almas Herdeiras, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2012.

SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – Da Linhagem à Casa: estratégias de mobilidade social num grupo familiar no Portugal moderno (séculos XVI-XVII). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2007. Dissertação (Mestrado em História Moderna).

SOUSA, Maria João da C. Andrade e - O Arquivo da Casa de Belmonte séculos XV-XIX: identidade, gestão e poder. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2017. Dissertação (Doutoramento em História, especialização em Arquivística Histórica).